

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA ESTADUAL
COORDENADORIA DE ADMINISTRAÇÃO

PR-PA-00000000/2024

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

NÚMERO: XX/2024

PGEA 1.23.000.XXXXXXX/2024-XX

A **União**, por intermédio do **MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL – PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DO PARÁ – PR/PA**, com sede na rua Domingos Marreiros, nº 690, bairro Umarizal, Belém, CEP 66.055-215 inscrito(a) no CNPJ/ME sob o nº 26.989.715/0019-31, neste ato representado pelo Secretário Estadual, **RENATO TABOSA KOCH COUTINHO**, matrícula nº. 22.510, no uso da competência que lhe foi atribuída pela **Portaria nº 171**, de 30 de maio de 2022, do **PROCURADOR-CHEFE** da **PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DO PARÁ**, e pelo **art. 41, IX, do Regimento Interno do MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL**, aprovado pela **Portaria nº 382**, de 05 de maio de 2015, do Exmo. Sr. **SECRETÁRIO-GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL**, considerando o julgamento da licitação na modalidade de Pregão, na forma eletrônica, para **REGISTRO DE PREÇOS Nº. XX/2024**, derivado do Processo licitatório de número: **PGEA - 1.23.000.00XXXXX/2024-XX**, **RESOLVE** registrar os preços da(s) pessoa(s) jurídica(s) indicada(s) e qualificada(s) nesta ATA, de acordo com a classificação por ela(s) alcançada(s) e na(s) quantidade(s) cotada(s), atendendo as condições previstas no edital, sujeitando-se as partes às normas constantes dos seguintes normativos legais: **LEI Nº 14.133, DE 1º DE ABRIL DE 2021 (Lei de Licitações e Contratos Administrativos)**; **PORTARIA PGR/MPU Nº 158, DE 27 DE SETEMBRO DE 2024** (Regulamenta os arts. 82 a 86 da **Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021**, para dispor sobre o sistema de registro de preços para a contratação de bens e serviços, inclusive obras e serviços de engenharia, no âmbito do Ministério Público da União) e demais normas e regulamentos correlatos, em conformidade com as disposições a seguir:

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. A presente ata tem por objeto o registro de preços para eventual contratação de pessoa jurídica especializada na prestação dos serviços contínuos de telecomunicações por meio de link de acesso à internet via constelação de satélites em órbita baixa (**leo**), com fornecimento de equipamentos e instalação, para uso em **carros e lanchas** de unidades do **MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL**, tendo como órgão gerenciador a **PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DO PARÁ – PR/PA**, E COMO ÓRGÃOS PARTÍCIPIES AS **PROCURADORIAS DA REPÚBLICA NOS ESTADOS DO AMAZONAS, AMAPÁ, RONDÔNIA, RORAIMA, MARANHÃO E ACRE**, conforme condições e exigências estabelecidas no edital, no termo de referência e na proposta vencedora do processo licitatório correspondente.

2. CLÁUSULA SEGUNDA – DO FORNECEDOR/BENEFICIÁRIO

2.1. Dados do fornecedor/beneficiário:

Razão Social: xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx;

CNPJ: XX.XXX.XXX/XXXX-XX;

Endereço: xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx;

Telefone: (XX) XXXXX-XXXX;

E-mail: xxxxxxxxxxxxxxxxxxxx;

Representante legal: xxxxxxxxxxxxxxxx, portador do RG nº XXXXX, inscrito sob CPF nº XXX.XXX.XXX-XX.

3. CLÁUSULA TERCEIRA – DA DESCRIÇÃO, QUANTIDADE E PREÇOS:

3.1. Descrição, quantidade e preço dos itens do objeto:

GRUPO 1						
ITEM	CATSER	DESCRIÇÃO	Quant. (A)	Valor Unitário em R\$ (B)	Valor mensal em R\$ (A x B) (C)	Valor total em 24 meses em R\$ (C x 24) (D)
1	26565	Internet Banda Larga via Satélite em órbita baixa (LEO) Corporativo, com dados prioritários de 50 GB (plano mobilidade terrestre), com fornecimento de equipamentos.	31	XXXXX	XXXXX	XXXXXX
2	26166	*Serviço de Instalação Inicial	31	XXXXX	XXXXX	
VALOR TOTAL EM 24 MESES EM R\$						XXXXXXX

* O Serviço de instalação inicial será pago uma única vez.

3.2. Local de instalação:

3.2.1. Sede da PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DO PARÁ – PR/PA, situada na Rua Domingos Marreiros, 690 – Bairro do Umarizal - CEP 66-055-215 – Belém/PA – Telefone: (91) 3299-0111;

3.2.2. Sede da PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO MUNICÍPIO DE ALTAMIRA/PA, situada na Av. Tancredo Neves, nº 3256 – Bairro Jardim Independente II - Altamira/PA - CEP: 68.372-222, Telefone: (93) 3515-2526;

3.2.3. Sede da PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO MUNICÍPIO DE MARABÁ/PA, situada na Rodovia Transamazônica, nº 1076 - Bairro Amapá – Marabá/PA - CEP 68.502-700 - Telefone: (94) 3312-1500;

3.2.4. Sede da PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO MUNICÍPIO DE SANTARÉM/PA, situada na Av. Marechal Castelo Branco, nº 915 – Interventoria - Santarém/PA – CEP: 68.908-198. Telefones: (93) 3512-0800 / 3512-0848 / 3512-0846 / 3512-0855;

3.2.5. Sede da PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DO AMAZONAS -

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº XX/2024 celebrada entre a PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DO PARÁ – PR/PA e xxxxxxxxxxxxxxxxxxxx.

PR/AM, situada na Av. André Araújo, 358 Adrianópolis – Manaus/AM - CEP 69057-025, Telefone (92) 2129-4700;

3.2.6. Sede da PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO MUNICÍPIO DE TABATINGA/AM, situada na Avenida da Amizade, 33 - Brilhante - Sede da Subseção Judiciária - Tabatinga/AM - CEP 69640-000 - Telefone: (97) 3412-2209;

3.2.7. Sede da PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DO AMAPÁ - PR/AP, situada na Avenida Ernestino Borges, 535 Centro – Macapá/AP, CEP 68908-198, Telefone (96) 3213 7800;

3.2.8. Sede da PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DE RONDÔNIA - PR/RO, situada na Rua José Camacho, 3307, Bairro Embratel - CEP 76820-886, Telefone (69) 3216-0500;

3.2.9. Sede da PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO MUNICÍPIO DE JI-PARANÁ/RO, situada na Av. Clóvis Arraes, 1415 - Bairro Centro, Ji-Paraná - RO, CEP: 76900-045 - Telefone: (69) 3111-2400;

3.2.10. Escritório de Representação do MPF em RONDÔNIA/RO, situado na Av. Brg. Eduardo Gomes, 1196 - Alto Alegre, Vilhena - RO, CEP: 76980-000 - 000, Telefone: (69) 32160540;

3.2.11. PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DE RORAIMA - PR/RR, situada na Rua General Penha Brasil, nº 1255 São Francisco - Boa Vista/RR CEP 69305-130, Telefone: (95) 3198-2000;

3.2.12. PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DO MARANHÃO – PR/MA, situada na Av. Senador Vitorino Freire, 52 - Areinha - São Luís/MA CEP 65030-015, Telefone: (98) 3213-7100;

3.2.13. Sede da PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO MUNICÍPIO DE CAXIAS/MA, situada na Avenida Norte-Sul, Lote 003 - Cidade Judiciária/Campo de Belém - Caxias/MA - CEP: 65609-005, Telefone: (99) 98477-6878;

3.2.14. Sede da PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO MUNICÍPIO DE IMPERATRIZ/MA, situada na Av. Tapajós, S/N - Anexo 1 - Parque das Nações, Imperatriz - MA - CEP: 65912-900, Telefone: (99) 3529-7310 ; e

3.2.15. Sede da PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DO ACRE - PR/AC, situada na Alameda Ministro Miguel Ferrante, 340 - Portal da Amazônia – Rio Branco/Ac - CEP 69915-632, Telefone: (68) 3214-1400.

4. CLÁUSULA QUARTA – DA VIGÊNCIA E FORMALIZAÇÃO

4.1. O prazo de vigência desta ata de registro de preços será de um ano, contado do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, e poderá ser prorrogado por igual período, desde que comprovado que o preço é vantajoso. (Art. 19 da [PORTARIA PGR/MPU Nº 158, DE 27 DE SETEMBRO DE 2024](#)).

4.1.1. No ato de prorrogação da vigência da ata de registro de preços poderá haver a renovação dos quantitativos registrados, até o limite do quantitativo original, devendo o ato de prorrogação da vigência da ata indicar, expressamente, o quantitativo renovado.

4.2. Eventual contratação decorrente desta ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº XX/2024 celebrada entre a PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DO PARÁ – PR/PA e XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX.

4.3. Eventual contratação com os fornecedores registrados nesta ata será formalizada pela PR-PA por intermédio de Termo de Contrato, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.

4.4. O instrumento contratual de que trata o item 4.2 deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.

4.5. Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

5. CLÁUSULA QUINTA – DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

5.1. Durante a vigência da ata, os órgãos e as entidades da Administração Pública federal, estadual, distrital e municipal que não participaram do procedimento de Intenções de Registro de Preços (IRP) poderão aderir à ata de registro de preços na condição de não participantes, observados os seguintes requisitos:

5.1.1. Apresentação de justificativa da vantagem da adesão, inclusive em situações de provável desabastecimento ou descontinuidade de serviço público;

5.1.2. Demonstração da compatibilidade dos valores registrados com os valores praticados pelo mercado, na forma prevista no art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021; e

5.1.3. Consulta e aceitação prévia da PR/PA, na condição de órgão gerenciador, e do fornecedor.

5.2. A autorização da PR/PA, na condição de órgão gerenciador, apenas será realizada após a aceitação da adesão pelo fornecedor.

5.2.1. O órgão ou entidade gerenciadora poderá rejeitar adesões caso elas possam acarretar prejuízo à execução de seus próprios contratos ou à sua capacidade de gerenciamento.

5.3. Após a autorização do órgão gerenciador, o órgão ou a entidade não participante efetivará a aquisição ou a contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata.

5.4. O prazo previsto no item 5.3 poderá ser prorrogado excepcionalmente, mediante solicitação do órgão ou da entidade não participante aceita pelo órgão gerenciador, desde que respeitado o limite temporal de vigência da ata de registro de preços.

5.5. O órgão ou a entidade poderá aderir a item da ata de registro de preços da qual seja integrante, na qualidade de não participante, para aqueles itens para os quais não tenha quantitativo registrado, observados os requisitos previstos neste artigo.

5.6. Serão observadas as seguintes regras de controle para a adesão a esta ata de registro de preços:

5.6.1. - as aquisições ou as contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cinquenta por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e para os órgãos ou as entidades participantes; e

5.6.2. - o quantitativo decorrente das adesões não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e os órgãos ou as entidades participantes, independentemente do número de órgãos ou entidades não participantes que aderirem à ata de registro de preços.

6. CLÁUSULA SEXTA – DO CADASTRO DE RESERVA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº XX/2024 celebrada entre a PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DO PARÁ – PR/PA e XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX.

6.1. Faz parte desta ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que:

6.1.1. Aceitarem cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação; e

6.1.2. Mantiverem sua proposta original.

6.2. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.

6.3. O registro a que se refere o item 6.1 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário desta ata.

6.4. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

6.5. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva a que se referem os itens 6.1 e 6.3 somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

6.5.1. Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital; ou

6.5.2. Quando houver o cancelamento do registro do fornecedor ou do registro de preços, nas hipóteses previstas nos arts. 25 e 26 da [PORTARIA PGR/MPU Nº 158, DE 27 DE SETEMBRO DE 2024](#).

6.6. O preço registrado, com a indicação dos fornecedores, será divulgado no Portal Nacional de Contratações Públicas - PNCP e disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

6.7. Após os procedimentos previstos para a formação do cadastro de reserva, o licitante melhor classificado ou o fornecedor, no caso da contratação direta, será convocado para assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidas no edital de licitação ou no aviso de contratação direta, sob pena de decadência do direito, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

6.7.1. O prazo de convocação poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, mediante solicitação do licitante melhor classificado ou do fornecedor convocado, desde que:

6.7.1.1. a solicitação seja devidamente justificada e apresentada dentro do prazo; e

6.7.1.2. a justificativa apresentada seja aceita pela Administração.

6.7.2. A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no sistema de registro de preços.

6.8. Na hipótese de o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no item 6.7, observado o disposto no item 6.5, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

6.9. Na hipótese de nenhum dos licitantes de que trata o **item 6.1.1** aceitar a contratação nos termos do disposto no item 6.8, a Administração, observados o valor estimado e a sua eventual atualização na forma prevista no edital, poderá:

I - convocar os licitantes de que trata o **item 6.1.2** para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

II - adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes referidos no inciso I ou dos licitantes remanescentes da licitação, observada a ordem de classificação, quando frustrada a negociação de melhor condição.

6.9.1. No caso da convocação de que trata o inciso I do *caput*, caso o licitante, na ordem de classificação, aceite negociar o preço de sua proposta ou mantenha seu preço, a negociação não seguirá com os demais licitantes.

6.10. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

7. CLÁUSULA SÉTIMA – DA ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

7.1. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

7.1.1. Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da [alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021](#);

7.1.2. Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

7.1.3. Na hipótese de previsão no edital ou no aviso de contratação direta de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.

7.1.3.1. No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previstos para a contratação;

7.1.3.2. No caso da repactuação, poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

8. CLÁUSULA OITAVA – DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DO FORNECEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS

8.1. As regras para cancelamento do registro do fornecedor e dos preços registrados na presente ata serão aquelas estabelecidas nos arts. 25 e 26 da [PORTARIA PGR/MPU Nº 158, DE 27 DE SETEMBRO DE 2024](#).

9. CLÁUSULA NONA - DAS PENALIDADES

9.1. O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas *no edital correspondente*.

9.1.1. As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a ata.

9.2. É da competência do gerenciador aplicar, garantidos os princípios da ampla defesa e do contraditório, as penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado na ata de registro de preços, em relação à sua demanda registrada, ou do descumprimento das obrigações contratuais, em [ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº XX/2024 celebrada entre a PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DO PARÁ – PR/PA e XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX](#).

relação às suas próprias contratações, e registrá-las no SICAF, (art. 5º, inc. XIV, da [PORTARIA PGR/MPU Nº 158, DE 27 DE SETEMBRO DE 2024](#)).

10. CLÁUSULA DÉCIMA – DAS CONDIÇÕES GERAIS

10.1. As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Edital, Termo de Referência ou Termo de Contrato.

10.2. No caso de adjudicação por preço global de grupo de itens, só será admitida a contratação de parte de itens do grupo se houver prévia pesquisa de mercado e demonstração de sua vantagem para o órgão ou a entidade.

Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada eletronicamente, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes.

Belém/PA, Data da assinatura digital

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX
Secretário Estadual da PR/PA
Órgão Gerenciador
Assinatura eletrônica

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX
Representante da Fornecedora/Beneficiária
Assinatura eletrônica

Testemunhas:

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX
Matrícula xxxxxxxx
Assinatura eletrônica

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX
Matrícula xxxxxxxx
Assinatura eletrônica